

Sucessor de Ulysses terá mais poder

O futuro presidente da Câmara dos Deputados, a ser eleito em 15 de fevereiro do próximo ano, terá, pela primeira vez, desde a instauração do regime militar no País, em 1964, maior expectativa de poder político no plano externo do que no âmbito interno daquela casa do Congresso.

O deputado Ulysses Guimarães, que preside hoje a Câmara, chegou a nomear ministros no governo do presidente José Sarney. Esse fato não ocorreu, porém, porque Ulysses presidissem a Câmara, mas por ser ele o dirigente nacional do PMDB, partido que elegeu Sarney e apoiou sua posse na Presidência da República, em momento difícil, ao adoecer o presidente então eleito, Tancredo Neves.

O sucessor de Ulysses dificilmente nomeará ministros pelo fato de ser o substituto eventual de Sarney. Mas, dadas as circunstâncias de que 1989 é o último ano de mandato do atual Presidente, o futuro dirigente da Câmara, por não ter maiores compromissos pessoais com o governo, estará também menos limitado em suas iniciativas políticas. Essa, por sinal, é a esperança de boa parte do PMDB, que espera do sucessor de Ulysses atitudes capazes de modificar a fisionomia do partido, perante a opinião pública, sempre que ele for chamado a substituir Sarney na chefia do Executivo.

Quanto ao papel do futuro Presidente, nas questões específicas da Câmara ou mesmo na condução das controvérsias políticas e legislativas dessa Casa, sua importância estará bastante reduzida em 1989. Pelo novo regimento interno que está sendo elaborado e será aprovado ao iniciar-se o próximo ano legislativo, a função hoje decisiva do presidente da Câmara, em quase todos os assuntos, passa a ser exercida, colegiadamente, pelos líderes dos vários partidos com representação naquela casa do Congresso.

Políticos do PMDB, como o deputado Chico Pinto, da Bahia, reclamam do fato de que Ulysses, tendo substituído Sarney na Presidência da República, por catorze vezes, confundiu-se com o governo, a ponto de transmitir ao eleitorado brasileiro a impressão de que os dois são uma única pessoa. Por isso, acham que o PMDB, de maneira geral, foi tão maltratado nas últimas eleições municipais do País.

O que esperam os parlamentares do PMDB do próximo presidente da Câmara a ser escolhido, em tese, dentre seus duzentos e poucos representantes naquela casa legislativa?

Acima de tudo — como quer Chico Pinto — que o substituto de Ulysses tenha uma atuação política independente em relação à do chefe do governo.

Interesses

De certa forma, a estes peemedebistas pouco interessava que o futuro presidente da Câmara tenha sob seu controle, no Orçamento da União de 1989, a dotação de 43 bilhões e 913 milhões de cruzados. Sob esse aspecto, o sucessor de

Ulysses não terá muito o que fazer. Do total de recursos orçamentários que cabe à Câmara, no próximo exercício, 39 bilhões e 668 milhões de cruzados se destinam a assegurar a ação legislativa e o funcionamento daquela casa. Portanto, pouco mais de quatro bilhões de cruzados serão utilizados em obras de conservação e de reparos, bem assim no pagamento de benefícios aos inativos e pensionistas da Câmara. Trata-se de recursos cuja aplicação é regularmente submetida ao Tribunal de Contas da União e a Câmara, há vários anos, tem suas contas aprovadas, com louvor, no TCU.

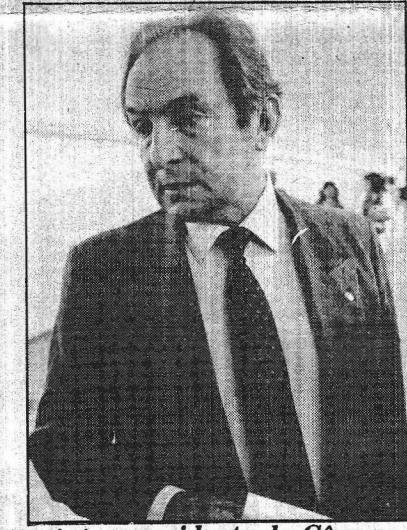
Para 1989, apesar da resistência de alguns setores partidários, a Câmara obteve, no orçamento, recursos em montante ainda não definido, a serem utilizados na construção de mais um anexo ao conjunto de edifícios daquela Casa do Congresso, destinado ao alojamento de novos deputados, criados com a ampliação das bancadas de algumas unidades da Federação e em face da instituição do Estado de Tocantins.

Por tudo isso, não sobra recurso para a eventual ampliação do quadro de funcionários da Câmara, hoje composto de quase cinco mil servidores efetivos ou efetivados pela Constituição promulgada no último dia 5 de outubro, ou seja, dez servidores para cada deputado. A hipótese de nomeação de funcionários não-concursados ainda existe quanto ao pessoal de nível técnico, mas, criado o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo — o Sindilégi — a fiscalização sobre atos que tenham tal objetivo se tornou mais eficaz. O próprio Senado, que há muitos anos não realizava concurso público, vai promover, em breve, a seleção de tradutores, técnicos em comunicação social e outras especialidades, através de provas públicas, abertas em todo o País.

Pequenos poderes

Do ponto de vista representativo, o presidente da Câmara, tanto quanto o do Senado — por dirigirem um poder independente — exercem influência capaz de proporcionar aos deputados e senadores (como ocorre também no Executivo, em todas as áreas), viagens ao exterior, a diversos pretextos. As duas casas do Congresso, além disso, são filiadas à União Interparlamentar Mundial, que congrega parlamentos de todos os países com representação política eleita diretamente pelos respectivos povos. O Senado e a Câmara também fazem parte da Interparlamentar de Turismo, organização que se reúne periodicamente, a cada ano, em um país. Parlamentares brasileiros participam dessas reuniões, mas os presidentes da Câmara e do Senado, só em caráter excepcional, permitem na escolha dos congressistas que vão viajar. Em geral, tais escolhas são feitas pelos líderes dos diversos partidos, em função das vagas a que cada agremiação faz jus nas comitivas.

Para os deputados que têm em vista mais os aspectos essenciais



Entre Paes de Andrade (E), Mincarone (C) e Bernardo Cabral (D) sairá o presidente da Câmara

da representação política e da valorização da instituição parlamentar, nomear funcionários ou proporcionar viagens aos congressistas é tão desgastante para o Legislativo quanto a omissão desse poder em face das questões do interesse público.

Por isso, o deputado Chico Pinto e outros peemedebistas querem que o futuro presidente da Câmara (provavelmente do PMDB, por ser o partido majoritário nessa Casa) marque a instituição em termos políticos positivos.

Uma das possibilidades de que isso aconteça será fazer com que o substituto de Ulysses restaure uma praxe adotada desde o tempo do deputado Ranieri Mazzili, ex-presidente da Câmara. Sempre que assumia o governo, durante as ausências de seu titular, Mazzili levava em sua companhia, para o palácio presidencial, um chefe da Casa Civil e outro da Casa Militar (hoje transformados em gabinete, com status de ministros) de sua absoluta confiança. Por sinal, quando da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, Mazzili nomeou chefe de seu Gabinete Militar o então general Ernesto Geisel, futuro presidente da República, e participou efetivamente das negociações políticas que permitiram a posse de João Goulart na presidência.

A prática deste sistema chegou a merecer críticas de alguns setores do Congresso, no passado, mas, por tê-lo instaurado, conforme reconhecem os parlamentares mais antigos, o ex-deputado Ranieri Mazzili jamais teve de que se arrependeu, eleitoral e politicamente.

Estilo

“Ele não mudava o Ministério — recorda Chico Pinto — mas governava, mesmo em caráter transitório, com seu estilo, sabendo exatamente o que estava sendo feito sob sua presidência interina”.

Os peemedebistas que concordam com a idéia de Chico Pinto observam que, hoje, depois de assumir a presidência em lugar de Sarney por catorze vezes, Ulysses não tem como adotar o estilo de Mazzili.